



doi: 10.20396/rfe.v12i3.8661998

O fenômeno das *fake news*: perspectivas do digital

The fake news phenomenon: digital perspectives

*Adilson Cristiano Habowski¹**Elaine Conte²***Resumo:**

O estudo, com notas hermenêuticas de um discurso social, realiza um debate acerca das *fake news* e suas ressonâncias na vida social, de modo particular, durante o período de pandemia. Realizamos uma reflexão sobre como o contato com as notícias falsas coloca em jogo conceitos operatórios do mundo sistêmico que pode ocasionar interferências nos processos educacionais e nos diversos segmentos da sociedade. Elencamos considerações sobre os multiletramentos digitais como meios para manter viva a interação e o diálogo pedagógico permanente, que envolvem a mobilização de um conjunto de letramentos e práticas sociais interligadas e sensíveis aos contextos vitais enquanto condição para o enfrentamento de comportamentos estanques na educação.

Palavras-chave: *Fake news*. Pandemia. Educação. Multiletramentos digitais.

Abstract:

The study, with hermeneutic notes from a social discourse, holds a debate about fake news and its resonance in social life, particularly during the

¹ Doutorando em Educação na Universidade La Salle - Canoas/RS. Mestre em Educação pela Universidade La Salle - Canoas/RS. Possui o Ensino Médio na modalidade normal (Magistério), com habilitação para atuar como educador nas áreas de Educação Infantil e Séries Iniciais (2014); Graduação em Teologia pela Universidade La Salle - Canoas/RS (2017); e Especialização em Docência no Ensino Superior: Práxis Educativa pela Universidade La Salle - Canoas/RS (2019)

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2012). Professora da Universidade La Salle - UNILASALLE, Canoas, atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação. Líder do Núcleo de Estudos sobre Tecnologias na Educação (NETE/CNPq), com financiamento do CNPq e do Programa Pesquisador Gaúcho, da FAPERGS.

pandemic period. We made a reflection on how the contact with the false news brings into play operating concepts from the systemic world that can cause interference in the educational processes and in the different segments of society. We list considerations about digital multi-tools as a means to keep interaction and permanent pedagogical dialogue alive, which involve the mobilization of a set of literacies and social practices that are interconnected and sensitive to vital contexts as a condition for facing stagnant behaviors in education.

Keywords: *Fake news*. Pandemic. Education, education. Digital multi-lettering.

Considerações iniciais

Cada vez mais, as tecnologias têm revolucionado a vida humana por conta do poder inscrito na mobilidade informacional, da conexão instantânea e ubíqua (SANTAELLA, 2019). As formas de comunicação na contemporaneidade também passam a sofrer distorções, a partir da manifestação de múltiplas culturas, encorajando inclusive práticas de disseminação de fatos fabricados em notícias falsas - as *fake news*³. Certamente, dos fenômenos da contemporaneidade, um dos mais intrigantes aos sujeitos, instituições e comunidade científica é abordar essa questão sem recair em dualismos, reducionismos ou falsos negacionismos científicos por adesão. Ainda que denominada na contemporaneidade de *fake news*, a questão das falsas informações existe desde que as pessoas passaram a conviver em sociedade, contando histórias e crenças. O que muda atualmente são os diversos interesses, a forma, os meios, a velocidade e a

³ De acordo com Sousa Júnior et al. (2020, p. 336), “as *fake news* consistem em informações não verídicas transmitidas por meio de mensagem, áudio, imagem ou vídeos editados para atrair a atenção do leitor no intuito de desinformá-lo e obter algum tipo de vantagem sobre ele, sem que haja fonte verídica determinada, mas apresentando uma maquiagem que transparece uma aparente credibilidade para quem as recebe”. Ireton e Posetti (2018, p. 7) acrescentam que nas *fake news* - “a expressão *notícias falsas* é um oxímoro que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais”.

abrangência. Trata-se de um assunto emergente⁴, tendo em vista a sua propagação por sujeitos mal-intencionados, com a finalidade de tumultuar os debates e as informações que são disparadas na esfera pública digital. Como podemos observar, a disseminação das *fake news* tem repercussões desastrosas, podendo determinar os resultados de eleições ou em período pandêmico, modificar as rotinas e comportamentos dos sujeitos relacionados à saúde. Aparece, desse modo, um círculo vicioso de informações que dele não podemos sair salvos se não buscarmos auxílio em outras referências e pesquisas com base em evidências científicas. Como diz Orsi (2020, p. 62), “em saúde, afinal, informação errada custa vidas, tempo e dinheiro. A cada vez que uma terapia inútil é promovida no noticiário, um charlatão enriquece e um cidadão é lesado”. Portanto, em um contexto epidêmico de saúde pública, a comunicação é fundamental para manter informada a sociedade sobre a atual situação de distanciamento físico e as medidas imprescindíveis de controle da pandemia.

Quando a pandemia foi anunciada, as redes de comunicação em uma grande escala e agilidade espalharam a informação de modo mais veloz que o próprio coronavírus, daí a preocupação desta pesquisa. Por esse motivo, explicitamos as seguintes problematizações: Quais impactos e efeitos das *fake news* no período da pandemia do coronavírus, tendo em vista que todo o discurso carrega pressupostos? Os multiletramentos digitais⁵ seriam formas de encorajar as práticas educativas de releitura e escrita no enfrentamento das *fake news* para garantir a interação dialética e a democratização dos conhecimentos para a correção das informações errôneas? São muitas as reflexões que este contexto nos possibilita e sem a pretensão de apresentar uma perspectiva fechada, ousamos abrir novos horizontes de análise tendo em vista as múltiplas culturas educativas. Para

⁴ Este assunto é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Tecnologias na Educação (NETE/CNPq) desde 2018, sendo que desta discussão já resultaram artigos e resenhas. Em alguns momentos, ao longo do texto, faremos uso justo especialmente desse material (HABOWSKI; CONTE, 2020).

⁵ Os multiletramentos digitais são projetados e embasados nos estudos de Paulo Freire (1989), que defende as diversas formas de falar a palavra e de ler o mundo, a si e as produções textuais em suas variadas formas de expressão e representação, sempre conectadas com a realidade e com os contextos sociais (recentemente em Magda Soares e Roxane Rojo).

tanto, temos alicerce na abordagem hermenêutica voltada para a compreensão das contradições das produções humanas presentes nos textos e discursos, num processo cooperativo voltado para o diálogo com as diferenças e ao exercício de revisão cultural com as experiências no e do mundo. Isso nos leva a uma questão fundamental a todo o discurso social, que tem a ver com a validade dos argumentos, compreendido como significação intersubjetiva, busca de sentido e referência no universo de abertura ao mundo, indo além dos condicionamentos fechados e soluções tecnológicas mágicas. Para Habermas (1997, p. 247),

A hermenêutica propõe um modelo processual de interpretação. A interpretação tem início numa pré-compreensão valorativa que estabelece uma relação preliminar entre norma e estado de coisas, abrindo o horizonte para ulteriores relacionamentos. A pré-compreensão, inicialmente difusa, torna-se mais precisa à medida em que, sob sua orientação, a norma e o estado de coisas se constituem ou concretizam reciprocamente.

A atitude hermenêutica é a garantia da fusão de horizontes interpretativos no encontro com as tradições culturais que se reconhecem mutuamente na ação de interpretar o mundo, conferindo as condições básicas para o diálogo hermenêutico. Por isso, Habermas (1987) compreende que necessitamos manter em aberto as diferentes perspectivas reconstrutivas do diálogo hermenêutico, enquanto observadores, participantes e críticos ao mesmo tempo, especialmente nos fenômenos educativos e sociais que são atravessados, do princípio ao fim, pela questão do outro. Deste ponto de vista, a busca pela humanização das relações intersubjetivas requer o empenho não violento por ataques desleais (*fake news*), em busca da liberdade cooperativa que nos constitui no encontro com o outro. A permanente necessidade de interpretar o mundo também é assinalada por Hermann (2002, p. 83), ao constatar que a hermenêutica possibilita “que a educação torne esclarecida para si mesma suas próprias bases de justificação, por meio do debate a respeito das racionalidades que atuam no fazer pedagógico”. A linguagem é o alicerce para a construção do conhecimento na vida em sociedade, em suas múltiplas diferenças e

reciprocidades, uma vez que as discussões educacionais necessitam de abertura às percepções, emoções e ideias, para pensar os problemas que envolvem a sociedade emergente.

Em um sentido mais amplo, o trabalho de produção das culturas e linguagens, em meio aos multiletramentos digitais (ROJO, 2012, 2013), conversa com as perspectivas de Paulo Freire (1989) e Magda Soares (2002), visto que ambos partem da experiência sociocultural cotidiana, do não acomodamento a uma técnica de leitura ou a um único método, buscando abordagens críticas, democráticas, políticas, éticas e estéticas. Essas referências defendem que a leitura do mundo precede a leitura da *palavramundo* (FREIRE, 1989), do *alfaletrar* (SOARES, 2002), que possibilita recuperar para o âmbito da leitura e da escrita o compromisso e a responsabilidade com os sujeitos de experiências diferentes, plurais e capazes de (re)elaborar a própria história. Por sua vez, Paulo Freire (1997, p. 27-38) dialoga acerca da construção de uma escola democrática, de um ensino crítico, desafiador, persistente e que reconhece a realidade, visto que igualmente demanda a leitura da palavra, do mundo e do contexto, ou seja:

A forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo está, de um lado, na não negação da linguagem simples, *desarmada*, ingênua, na sua não desvalorização por constituir-se de conceitos criados na cotidianidade, no mundo da experiência sensorial; de outro, na recusa ao que se chama de *linguagem difícil*, impossível, porque desenvolvendo-se em torno de conceitos abstratos. Pelo contrário, a forma crítica de compreender e de realizar a leitura do texto e a do contexto não exclui nenhuma das duas formas de linguagem ou de sintaxe.

Na primeira seção abordamos o fenômeno das *fake news* tomando por base as recentes reflexões de Santaella (2019), Han (2017, 2018), Amaral (2012), Sastre, Oliveira e Belda (2018), apresentando um breve panorama. Em seguida, delineamos algumas pesquisas recentes sobre os reflexos do problema das informações falsas no contexto da pandemia: perspectivas de multiletramentos digitais, de acordo com os estudos de Sousa Júnior et al. (2020), Buckingham (2010), Buzato (2003), Araújo e

Glantz (2009), Santos e Almeida (2020), Rojo (2012, 2013), entre outros autores. Por fim, sugerimos pistas dialéticas para pensar suas conjecturas na realidade pelo viés dos *letramentos críticos* (SOUZA, 2011), buscando uma compreensão abrangente de leitura expandida das realidades vigentes. Aqui a interpretação permanente desvela que uma sociedade em perpétuas flutuações e mudanças ilimitadas não pode ser resolvida instrumentalmente, mas por processos de inclusão digital em multiletramentos, que englobam as diferentes formas de textualidade na leitura de imagens do pensamento e técnicas das mais variadas mídias, no sentido de enfrentar a desinformação e frear a transmissão e a disseminação das *fake news*.

O fenômeno das *fake news*

Na contemporaneidade, o que se destaca é a rapidez com que se propagam as *fake news*, a aceitação acrítica e as suas replicações, que recaem na tentação de reafirmar não o que vivemos no mundo com os outros mas no mundo natural do *sócios*. Isto posto, vivemos um cenário em que é necessário dedicar muitos esforços para resistir aos meandros familiares ou associativos do que aparecem como verdade diante de informações surreais e desprovidas de bases científicas.

Enfrentamos diariamente a disputa de atenção entre o impresso e o digital. Entretanto, o que nos inquieta não é o uso dos instrumentos culturais e, sim, o processo de recepção do texto digital e impresso pelos sujeitos. [...] Sem sombra de dúvidas, *a compreensão é também um exercício de convivência sociocultural*. (CONTE; KOBOLT; HABOWSKI; PUGENS, 2020, p. 83).

Constroem-se nas redes as comunidades de afinidade e interesse, estabelecendo novas formas de interação pela cumplicidade entre os sujeitos. Nestas redes, todos os sujeitos podem ser emissores, transformando-se em comentaristas, críticos, jornalistas, advogados, médicos, cientistas ou especialistas em qualquer área, a depender da ocasião, independentemente do conhecimento ou experiência sobre os

assuntos em pauta. Importa assinalar estas confluências porque nos últimos anos acelerou-se a desconfiança nas orientações dos profissionais da saúde, nos cientistas, nos governos e nas mídias tradicionais. Neste contexto de discussão, as redes sociais funcionam como um ambiente favorável de grupos organizados que embotam incomunicabilidades, medos, agonias e a indiferença humana (coisificação das relações interpessoais), por conta da acelerada massificação e objetificação da sociedade contemporânea.

É pertinente compreendermos juntos esta relação imediatista para fortalecer a relação com o público, na tentativa de reduzir a propagação de mentiras, tornar mínimo os efeitos prejudiciais e manter aberta a comunicação com os fatos verídicos, que são justificados em dimensões históricas e socioculturais.

As organizações da sociedade e as instituições, em especial as públicas, podem e devem trazer sua contribuição para a melhoria da qualidade das informações e a contenção das notícias falsas. Este não é um movimento que se faça espontânea e intuitivamente; é preciso ter projeto, meios e adotar métodos adequados. Para que isso funcione, o objetivo maior é, em suma, a conquista de confiança da sociedade como fonte no seu espaço de atuação. (MAIEROVITCH, 2020, p. 38).

De todos os modos, as inverdades possuem especificidades associadas à repetição até que se tornem aceitas, enquanto um fato descontextualizado, editado, desatualizado, alterado e coisificado em prol de interesses políticos e econômicos de mídias *hiper-partidárias*, nutrindo efeitos de polarização (grandes divergências ideológicas) na esfera pública. Vale destacar a afirmação de Maierovitch (2020, p. 38):

Apesar de todos os riscos e cuidados, as redes podem abrigar ricos espaços de debate e mesmo o contraponto à grande imprensa, frequentemente capturada por grupos econômicos e políticos poderosos. Nesse aspecto, é bom sempre lembrar que não existe neutralidade nem mesmo dos meios. Uma certa isenção só é possível com a pluralidade.

Paralelamente, a informação é um meio para formar opiniões, bem como para expressar olhares, sentimentos, ações, discursos estéreis, imobilizações, formatar saberes, aspirações e práticas de uma comunidade. Para a transmissão da informação vem ocorrendo mudanças significativas nos modos de informar, por meio das multimídias, incluindo, recentemente, a programação de um amplo envio de mensagens automáticas para interferir politicamente e perturbar a formação da opinião pública. Esse é o grande tema do nosso tempo, o sujeito transformou-se em um *prosumer*, ou seja, um criador de produtos e informações, possibilitando que os usuários da internet publiquem seus próprios conteúdos (alguns com financiamento público) para uma audiência que pode ser global, conforme a interconexão e a ampliação da natureza do digital sem fronteiras (AMARAL, 2012). De fato, três palavras entraram exaustivamente no cotidiano de domínio público: *bolhas*, *notícias falsas* e *pós-verdade*. Nas palavras de Santaella (2019, p. 10), elas passaram a ser compartilhadas “em conversas, notas e matérias em jornais e revistas, *posts* e compartilhamentos nas redes sociais, *blogs*, debates em eventos, conferências, discussões filosóficas e pesquisas científicas”. Cabe notar que as *fake news* não se reduzem à conjuntura política e tem se alastrado em todos os âmbitos da vida e gerado interferências nos múltiplos cenários da sociedade.

Pistas serão aqui propostas por Sastre, Oliveira e Belda (2018), nas investigações sobre *fake news* na conjuntura política brasileira, especialmente quando indicam a existência de motivações financeiras que incentivam a criação e o compartilhamento de *fake news* na internet. O número de acesso em matérias informativas falsas e sensacionalistas que alimentam as inverdades e incitam o ódio são extremamente rentáveis àqueles que têm a finalidade de desinformar determinados grupos vulneráveis e indefesos perante os que *falam a sua linguagem e entendem as suas inquietações*. Como se refere Nascimento (2020, p. 253),

As *fake news* têm se mostrado capazes de abalar princípios democráticos em direção à demagogia populista e ao autoritarismo. Esse tipo de instrumento da mentira organizada

disseminado pelas redes sociais prejudica o convívio político em comum, instigando as pessoas à intolerância. As redes sociais em dado período proporcionaram a aproximação de pessoas com ideias para melhorar a participação democrática, no entanto, a mentira política alastrou-se pelo uso de *fake news* e atçou a disseminação de posições ideológica autoritárias através de uma intimidade mórbida entre alguns governantes e governados.

A invisibilidade de tais mecanismos empregados por poderosas companhias de tecnologia têm seu *design* destinado a retratar a própria bolha de desejos e crenças a que pertencemos. Trata-se de uma questão paradoxal, pois a retroalimentação de ideias cria um solo fértil para a polarização de opiniões desinformadas e radicalismos. Quando recebemos informações que confirmam as nossas crenças automaticamente rejeitamos tudo o que rompe com nossos hábitos (de pensar diferente), criando as nossas próprias bolhas em modos de agir. “Esse tipo de exposição seletiva, em que as escolhas são tanto explícitas quanto implícitas, é alimentado pelas tendências homofílicas que fazem parte do funcionamento do psiquismo humano” (SANTAELLA, 2019, p. 17). Seguindo essa lógica de raciocínio, “a mente humana funciona por reconhecimento de padrões, sendo atraída por padrões já conhecidos em detrimento dos desconhecidos. Justo por isso, gasta-se muito menos esforço e energia mental diante da mesmidade do que diante da alteridade” (SANTAELLA, 2019, p. 18). Em um mundo regido por movimentos populistas e líderes que só aspiram o poder para conseguir recursos espúrios pela massificação, insurreição do caos e violação de direitos, certamente precisamos recorrer a uma pedagogia da tolerância que acolhe a pessoa como ela é.

Dito de outro modo, o filósofo sul coreano Byung-Chul Han associa o momento em que estamos vivendo com os novos meios e técnicas de comunicação que corroem cada vez mais a relação de alteridade e criam novas intransparências da informação e assimetrias. O mundo digital é pobre em alteridade, em escuta sensível e em resistência (auto)crítica. Nos círculos virtuais em nada virtuosos, o eu narcísico pode mover-se praticamente desprovido do *princípio de realidade* que seria um princípio do outro e da resistência. A virtualização e digitalização dos roteiros vitais

pelo barulho das máquinas tem levado ao desaparecimento da experiência do contato com a realidade, algo que nos oferece resistência às informações falsas ou a comunicações distorcidas.

O sujeito do desempenho dispõe de uma quantidade exagerada de opções fabricadas e já não é capaz de estabelecer leituras críticas, interligações e relacionamentos consigo mesmo e com os outros, a não ser exposto ao consumo de mercadorias a que foi condicionado e obcecado pela produtividade. “O ego pós-moderno emprega grande parte de sua energia da libido para si mesmo. O restante da libido é distribuído em contatos sempre crescentes e relações superficiais e passageiras” (HAN, 2017, p. 92). Nesse ponto, o sujeito é reduzido ao valor de objeto comercial, ao obsoleto e massificado, recaindo num vazio existencial de informações desconectadas do próprio mundo ou das atrocidades capitalistas impostas pela complacência em relação à forma de exploração implantada. “O hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais. Ele arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor de mercado” (HAN, 2017, p. 127).

Basta você discordar da opinião de um gestor (sócio), dizer não à sobrecarga de trabalho e ao mundo das redes sociais para ser excluído do mundo sistêmico obcecado pela produtividade (políticas de sofrimento psicológico)⁶. Essas condições retomam a ideia dos marginalizados do passado, aqueles que não consumiam o que produziam, agora sem experiências vitais e reféns do próprio futuro linear, sujeitos desintegrados pelo sistema e invisibilizados pelo excesso de trabalho (desumano/sub-humano). A compreensão hermenêutica nos ajuda a compreender o risco das notícias falsas em um contexto pandêmico que exige maior solidariedade, respeito pelo outro e cooperação no mundo comum.

⁶ O conjunto dessas facetas movidas por interesses de dinheiro e poder da informação é apresentado no documentário *O dilema das redes* (2020). Os profissionais retratados no filme mostram-se corresponsáveis pelo fenômeno das *fake news* pois projetaram o *design* de diversas plataformas, que viriam a ser identificadas como danosas à compreensão da sociedade global. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7X54fS0SQyw> Acesso em: 07 out. 2020.

Dada a aceleração temporal do mundo das redes, Santaella (2019, p. 13-14) desvela “o fato de que o *Google* personaliza o que cada usuário obtém como resposta às suas buscas. [Sendo] uma espécie de espelho unilateral que reflete tão só e apenas nossos próprios interesses, enquanto os algoritmos observam tudo o que clicamos”. O problema disso, segundo as análises da autora, é que tal personalização feita por filtros de máquinas de buscas ou mídias sociais promove segregação ideológica, tendenciosa, capciosa e reverbera no coletivo. “A unilateralidade de uma visão acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante” (SANTAELLA, 2019, p. 16). Essa relação torna as pessoas vulneráveis a manipulações políticas, frequentemente a serviço de interesses unilaterais, com propagandas e subversão dos usuários em bolhas de informações, assuntos, contra novas ideias, estreitando horizontes de mundo.

Nessa mesma perspectiva, Han (2018) aponta que no mundo digital todos são domesticáveis em potencial, pois a comunicação compulsiva torna o ser incapaz de raciocínio, distanciamento crítico e afeto diante da perda de respeito pelo outro e pela autoridade da experiência, momento em que entra em jogo a dispersão e a desintegração generalizada. Han (2018) concentra o seu estudo nos confrontos com a comunicação digital identificada com a lógica da embriagues perceptiva, cegueira e estupidez coletiva da globalização, que tende ao desrespeito recíproco de viver no exame. Nesse sentido, apresenta uma discussão sobre a rápida ascensão da mídia digital e a incapacidade de elaboração humana desses instrumentos culturais, que restringe o espaço público ao exame, sem ação reflexiva e sem filtro conjunto no embate com as informações digitais. Essa noção ganha força “à medida que cresce o papel das mídias sociais na difusão de informações, há também um perigo crescente de reforço das bolhas de filtro. Isso se repete no caso do tráfico de notícias” (SANTAELLA, 2019, p. 20). Embora haja um efeito democratizante destas buscas para expandir gostos musicais ou livros, elas também são classificadas por conteúdos parciais (de algoritmos,

softwares e inteligência artificial) e baseadas na popularidade com que aparecem para fins de acumulação e aquisição de novos produtos para “benefício” da comunidade humana.

Deste ponto de vista, cabe ao usuário avaliar os perigos disfarçados de informações e os benefícios dos conteúdos visitados, além da possibilidade que tem de bloquear os atributos de personificação ou apagar arquivos de buscas (*tags* e *links*). Daí a relevância e o papel dos professores como referenciais para dar base ao trabalho de uma leitura crítica e criativa dessas novas intransparências e perplexidades. Aliás, muito vai depender da capacidade de ensinar a compreensão, as formas de filtragem e aprendizagem com exercícios autocríticos, ou seja, de uma formação socioeducacional que habilite os sujeitos para colocar seus posicionamentos à prova (SANTAELLA, 2019). Agora, cabe a todos nós a reavaliação das bolhas filtradas da era digital, que funcionam como espelhos para neutralizar a ansiedade e instabilidades emocionais, produzindo a impressão equivocada de que estamos corretos, “especialmente na política, campo sobre o qual recaem as maiores preocupações acerca das *fake news* (notícias falsas)” (SANTAELLA, 2019, p. 23).

Tais difusões e mediações com base em inverdades “visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos” (SANTAELLA, 2019, p. 29). Esse consumo e disseminação de falsas notícias e boatos são levados ao extremo e não passam por regulações ou padrões de avaliação externos às confusões do barulho digital, pois não existem regras para a aceitação dos pronunciamentos. Parece que foram sucumbidos os princípios da conversação em processos de produção de conhecimento histórico-educacional pela lógica dos *caça-cliques*, cuja mensagem emocional ou por insistência atrai mais curtidas do que o seu conteúdo falso. Assim, “o sensacional atrai o clique que atrai mais compartilhamentos. Quanto mais tráfico houver, tanto maior será a difusão do engano cujo modo de propagação é regido, sobretudo, pelo apelo emocional não filtrado pela

razoabilidade do bom senso” de acesso à álbuns (SANTAELLA, 2019, p. 32).

Com o mar digital de alta velocidade entrando nas esferas dos mercados financeiros, outras formas de escuridão fantasmagóricas emergem na transparência crescente da comunicação entre algoritmos e máquinas, que conduzem a guerras comerciais, para além *da força humana* (HAN, 2018). Efeitos destrutivos, no que se refere às dimensões de tempo, espaço e relações sociais, pela rápida circulação de informações e do capital doutrinador vem caracterizando a nossa sociedade, que vive uma postura de recepção passiva de imagens que divertem e são consumidas, sem um filtro capaz de esboçar qualquer tipo de reação ou estranhamento, porque se degeneram e se tornam um *sem discurso*. Tal dimensão é aprofundada por Han (2018), ao tratar de *cidadãos a consumidores* pelo viés da *democracia desideologizada* quando os políticos são substituídos por especialistas que administram tecnicamente e otimizam o sistema. Tanto representantes políticos quanto partidos seriam superficiais, assim como o “botão de curtir é a cédula eleitoral digital [e] um rápido toque com o dedo substitui o *discurso*” (HAN, 2018, p. 116-117). Nessa perspectiva, a responsabilidade social é suprimida e se aproxima do *marketing digital*.

A propagação de *fake news* como fonte para ganho financeiro é manipulada pela desinformação que influencia a visão dos sujeitos sobre os fatos, causando confusão e um mar de banalidades e perplexidades que servem para alimentar projetos políticos. Embora as bolhas não são as causadoras das *fake news*, elas ajudam no seu poder de propagação. Nessa lógica, Santaella (2019, p. 34) refere que um pouco menos prejudiciais são os memes, “uma criação popular crivada de imaginação visual”, no entanto, podem converter o riso com a finalidade de criticar em pretexto sensacionalista para difundir preconceitos, crenças ou mentiras, tendo como *slogan* afirmativo - *um jornal isento de verdade*. Há ainda nas redes a velocidade ímpar do jornalismo *online* com títulos e imagens que não permitem a verificação dos fatos, cuja potência propagadora tende a capturar as pessoas em relações que incubam seus próprios preconceitos.

O novo engajamento político diz respeito, portanto, a fazer as imagens técnicas servirem ao diálogo e não a se contrapor às imagens: *é que os novos revolucionários são imaginadores, eles produzem e manipulam as imagens*, ou seja, injetam valores e politizam as imagens. Em certo sentido, então, a tarefa revolucionária passaria, pode-se pensar, por lidar com os feixes de envio de mensagens via *WhatsApp*, pelo manejo do *Twitter*, a defesa contra robôs e perfis falsos, a linguagem dos memes, desprogramando seu uso fascista, imperativo, monológico, por meio por exemplo de paródias, gerando diálogos, reflexões, críticas. (LAMA; PHILIPSON, 2019, p. 153).

Diante da *era da pós-verdade política*, coloca-se em “evidência o cerne do que há de novo na política: a verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária”, pois a visão enganosa do mundo que visava convencer em outros tempos agora dá lugar à política de *reforçar preconceitos* (SANTAELLA, 2019, p. 47). Afinal de contas, os preconceitos se tornam *altamente inflamados (política da pós-verdade) e à margem*, por denotarem “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (SANTAELLA, 2019, p. 48). Nessas circunstâncias, o prefixo *pós* significa não só depois de um evento ou situação específica como pós-guerra, mas corresponde a um tempo em que um conceito se tornou sem valor ou justificação (como pós-moderno e pós-digital). Santaella (2019, p. 50) nos lembra que “uma mentira dita uma única vez permanece como mentira, mas uma maneira repetida milhares de vezes torna-se verdade”, visto que a história ficcional falsa opera no *marketing* e na publicidade.

A proliferação da informação e as tendências propagandísticas ideológicas, sem compromisso com a verdade dos fatos, criam ainda o ceticismo generalizado e o sentimento de desconfiança do que é divulgação de conhecimento ou sistemas de exercício do poder, num clima de anti-intelectualismo e de pensamento anticientífico. Trechos de artigos científicos e notícias reais se misturam com montagens cristalizadas e versões ficcionais com aparência de verdade. Além disso, pelo próprio teor sensacionalista, a notícia ativa questões emocionais de compartilhar por

impulso, ou seja, uma “estratégia de utilização do apelo emocional e da novidade nas *fake news* se aproveita de diversos mecanismos e funções cerebrais falhos, que facilitam o aprendizado, a crença e a dispersão dessas informações, mesmo que não tenham veracidade” (SOUZA, 2020, p. 84).

Em ecossistemas nebulosos, “os ambientes cognitivos tornam-se de tal maneira confusos e caóticos que fica muito difícil lidar e, porventura, controlar a disseminação de pós-verdade cujo poder de proliferação aumenta em situações ultrapartidárias” (SANTAELLA, 2019, p. 52). Em situações em que a veracidade dos fatos é o que menos importa, provocando crises de valores e conversações polarizadas, é preciso desmascarar os véus de fumaça, os ambientes tóxicos, competitivos e a pulverização desses *sites* ou *posts*, averiguando os interesses que estão em jogo. Ao mesmo tempo, Maierovitch (2020, p. 38) defende:

Ao contrário do que pode parecer, as redes são espaços privados, mantidos por grandes empresas que aí extraem seus lucros. Diversamente dos segmentos tradicionais da economia, em que se vendem produtos e serviços, os rendimentos dessas empresas vêm do poder que extraem, de múltiplas formas, dos seus usuários. O limite ético ou moral neste ramo, como no mercado em geral, é dado pela necessidade de sobrevivência e não por princípios próprios de compromisso com a verdade ou com os clientes.

Partindo dos diversos elementos que estão envolvidos na questão das *fake news*, cabe retomar a potência do diálogo pedagógico para analisar as informações errôneas e *escovar a história a contrapelo*, algo fundamental para pensar na contracorrente do pensamento operacional e artificial, para sair da condição de massa de manobra (BENJAMIN, 1985). Porém, os canais de mídia precisam ser colocados em xeque pela reflexão educativa, compreensão conjunta e formação da opinião esclarecida, tecendo assim interpretações sobre os fatos do mundo, enfrentando no cotidiano educacional as teorias da conspiração e pseudociências, por meio do questionamento de saberes sobre os danos que as notícias falsas causam à sociedade.

Por tais motivos, Santaella (2019) diz que para compreendermos minimamente de onde vêm as atuais controvérsias é preciso rever *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn (1962), pois, antes de Kuhn, a ciência era concebida como reunião de fatos, teorias e métodos. Nas palavras de Santaella (2019, p. 55), “foi justamente contra essa visão linear e progressiva que a obra de Kuhn se insurgiu, produzindo uma verdadeira revolução historiografia da ciência”. Esta tese desvelou que o avanço científico ocorre por mudanças de paradigmas (matriz disciplinar), novos episódios não-cumulativos, nos quais as realizações científicas entram em crise, sendo substituídas total ou parcialmente por outras. Nesses entrelaçamentos investigativos, Kuhn (1962) evidencia que as ciências, além de serem construções humanas, são também dinâmicas sociais e históricas, o que resulta, portanto, uma nova compreensão referente aos processos científicos. Com base nisso, podemos compreender que a ciência não evolui pela acumulação e domínio do conhecimento, mas através de revoluções, crises e transformações coletivas, na medida em que problematiza a emergência da vida e dá visibilidade aos saberes da realidade para incluir as revisões das informações em relações a outras ambiências formativas. Assim, o conhecimento depende de ambientes de formação que reorganizem o que é questionável, em vista de que um dos principais focos das *fake news* são os conhecimentos científicos.

[...] em vez de apresentar uma certeza, um dogma, uma afirmação não questionável, a ciência apresenta paradigmas, um conhecimento questionável, falseável, em constante e lenta construção em meio a revoluções científicas. Obviamente, essa sensação de incerteza e de falta de controle é incômoda, afastando a maior parte da população (SOUZA, 2020, p.85).

Contudo, “é preciso reganhar a autoridade da ciência. Na situação atual, os cientistas devem reaver sua respeitabilidade [e], isso ainda implica apresentar a ciência em ação”, para não recairmos em máscaras de que todos perseguem o poder, inclusive a ciência (SANTAELLA, 2019, p. 58). “Contra isso, a ciência deve usar de modo confortável conceitos como verdade, fatos, a realidade lá fora e a aceitação de que a avaliação de

reivindicações do conhecimento deve necessariamente implicar julgamentos normativos”, fortalecendo evidências para a política democrática contemporânea (SANTAELLA, 2019, p. 60). Hoje tudo é posto em dúvida e pode ser pesquisado, mesmo sob uma lógica semiótica em intercursos comunicacionais, vaguezas e indeterminações que derivam do real com uma mutabilidade constante. “Mas a linguagem só funciona como tal quando encontra um intérprete responsável por um ato interpretativo que instaura uma relação comunicativa” (SANTAELLA, 2019, p. 68).

Surge daí o fato de que “não há dúvida de que existem pseudociências, isto é, procedimentos, discursos e crenças que pretendem se fazer passar por ciência, [ou] invasões no território da ciência, como aquelas que se dão em práticas ilegítimas de publicação e confiabilidade da produção”, assim como surgem investigações com resultados maquiados e produtivistas (SANTAELLA, 2019, p. 83-84). A autora deixa claro que as ondas da pós-verdade não estão deixando ilesas as áreas humanas, atingindo, questões científicas com falsas crenças tais como a do terraplanismo e do criacionismo. Entretanto, justifica que tais crenças não “atingem o fazer da ciência para o qual não cabe a pecha de pós-verdade. Por que não? Pelo simples fato de que a ciência não trabalha com verdades indiscutíveis, mas discutíveis” (SANTAELLA, 2019, p. 84). Como bem pontua Habermas (1990, p. 177), “quanto mais discursos, tanto maior a contradição e a diferença”, ou seja, as múltiplas linguagens digitais precisam navegar por instâncias provisórias e comuns ao mundo da vida, porque interdependem da reflexão, das leituras críticas, criativas e sensíveis acerca da realidade em diálogos com os outros.

Fake news e multiletramentos digitais na educação

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus tornou-se agenda de debates e de desinformação nas redes sociais e mídias tradicionais. A sociedade recebe diversas notícias que são editadas e compartilhadas sem a devida questionabilidade do que está por trás ou sem a averiguação da

veracidade delas. Em um contexto epidêmico de saúde pública, a comunicação é primordial e a informação necessita ser uma aliada dos órgãos responsáveis para fazer valer medidas assertivas de contenção do vírus. Contudo, além da função de manter informada a sociedade sobre a atual situação pandêmica com protocolos de segurança, os órgãos governamentais de saúde e a imprensa estão tendo o trabalho extra de desmentir *fake news* maldosamente inventadas e compartilhadas nas diversas redes sociais. “No que diz respeito ao novo coronavírus, as *fake news* tomaram conta das redes em uma grande velocidade, talvez tão grande quanto a velocidade de disseminação do novo vírus” (SOUSA JÚNIOR et al., 2020, p. 336).

Essa questão das *fake news* na pandemia fez com que a África do Sul publicasse um conjunto de leis em seu Diário Oficial, com a finalidade de proibir tais inverdades em qualquer meio de informação sobre o assunto da Covid-19. Em um dos trechos relatados consta o seguinte alerta: “qualquer pessoa que publique declarações, em qualquer meio, incluindo mídias sociais, com a intenção de abusar de outras pessoas sobre a Covid-19 (...) será culpada de um crime e está sujeita a uma multa, uma penalidade de prisão de até seis meses ou ambos” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2020, *online*)⁷. No Brasil, muitas *fake news* foram compartilhadas nas redes sociais, dentre elas: *Coronavírus veio dos inseticidas; Ivermectina é a cura da Covid-19; Ao estourar plástico bolha lembre que o ar vem da China; Ingestão de álcool ajuda a combater o vírus; Idoso que sair de casa terá aposentadoria cortada; Cocaína protege contra o vírus; Desinfetantes antibactericidas têm eficácia contra a doença; Água quente é capaz de matar o vírus; Cloroquina cura 98,7% dos pacientes com Covid-19; Urina e estrume de vaca pode curar o novo coronavírus; Ozonioterapia mata o novo coronavírus*⁸. E se uma mentira bem contada se torna verdade

⁷<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2020/03/africa-do-sul-vai-prender-ate-seis-meses-quem-divulgar-fake-news-sob.html>

⁸<https://www.postalsaude.com.br/beneficiario/noticias/11-fake-news-sobre-coronavirus-que-estao-circulando-pelo-mund>

conjugada ao desconhecimento geral faz brotar curas milagrosas, comentários ofensivos e violências sobre corpos.

Nesse momento, o Ministério da Saúde brasileiro desenvolveu uma aba⁹ na página virtual do Ministério da Saúde para esclarecer estes desamparos nas formas de agir, com a finalidade de esclarecer a opinião pública e evitar a desinformação, o caos e o combate às *fake news*. Com isso, foi possível monitorar e auxiliar no mapeamento de *fake news* sobre a pandemia, bem como oferecer um número via *WhatsApp*¹⁰ exclusivo, para que as pessoas encaminhem as mensagens que posteriormente serão verificadas pelas áreas técnicas e respondidas oficialmente. A proposta da conferência de *fake news* também é uma espécie de democratização das informações e disponibilização de saberes verídicos à sociedade no incentivo à saúde pública.

Vale mencionar que o desocultamento das *fake news* precisa ser realizado por toda a sociedade em seus diversos veículos de imprensa da mídia tradicional (jornais, revistas, TV, canais nas redes sociais), com um empenho na checagem das informações para evitar distorções comunicacionais que podem levar à morte em alguns casos. Segundo Maierovitch (2020, p.39),

[...] por muito tempo a sociedade permanecerá vulnerável frente à indústria da informação e suas subsidiárias. Refém de aplicativos e plataformas oligopolizadas, o cidadão precisa do Estado regulador, que supervisione e aplique regras relativas aos princípios de organização e funcionamento das redes sociais. Não se trata de censura, mas da garantia dos direitos constitucionais como intimidade, honra, dignidade, sigilo, liberdade de expressão e acesso à informação.

A velocidade da comunicação por meio das tecnologias digitais faz com que a propagação das *fake news* seja mais acelerada e devastadora, tornando difícil rescindir os malefícios que elas geram (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Tal afiliação, de acordo com Vosoughi, Roy e Aral (2018),

⁹ <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news>

¹⁰ <https://www.saude.gov.br/fakenews>

faz com que haja uma maior possibilidade dos sujeitos compartilharem notícias falsas do que verdadeiras. Essas produções apontam que a ação humana contribui exponencialmente para a propagação de inverdades, talvez mais do que as enviadas pelos próprios robôs automatizados. Nesse caso, pela própria limitação natural do cérebro humano, temos impasses em mudar de opinião, mesmo que comunicados que a primeira notícia não é verdadeira, conforme apontam os estudos de Keersmaecker e Roets (2017).

Além da rápida propagação de *fake news*, os sujeitos são atropelados pela intensidade dos sintomas de crise, desemprego, mudanças repentinas de humor, ansiedade, apatia política e irritabilidade – sintomas frequentes em tempos de pandemia, sem o devido tempo de conferência antes do compartilhamento com pessoas próximas. Sem dúvida, a proliferação de ataques falsos em formatos regulatórios pelas mídias digitais provoca efeitos destrutivos na vida cotidiana, especialmente se tomados como simples usuários de máquinas e receptores passivos. A ação de grupos em cenários de polarização, mentiras, (des)controle e a sedução pelo autoritarismo exige, conforme Santaella (2019, p. 26), a necessidade de pensar em “educação para as mídias e nas mídias, um conceito dinâmico que envolve a busca e procedimentos adequados para os desafios tecnológicos, sociais, culturais e políticos que se apresentam e que não podem ser enfrentados com promessas mágicas e ingênuas”. Maierovitch (2020, p. 38) compreende que,

Os nobres objetivos de proteger a sociedade das falsas informações e melhorar a transmissão de conhecimento também dependem de iniciativas para a preparação das pessoas. A educação formal, que vem se apropriando gradativamente dos recursos tecnológicos para suas atividades, tem uma grande responsabilidade de oferecer aos estudantes os instrumentos para que não se afoguem no mundo digital, saibam explorá-lo e enriquecê-lo de forma útil e consciente.

Nessa movimentação toda, os projetos precisam oferecer caminhos de pesquisa aos sujeitos para que se tornem encorajados a refletir sobre as informações extremistas, ofensivas e de violências simbólicas, tornando-as “resilientes e empoderadas com as habilidades, o conhecimento e o suporte

que as auxiliarão a navegar tão seguramente quanto possível. Essa é a tarefa da educação para e nas redes” (SANTAELLA, 2019, p. 27). Um dos caminhos possíveis para se escapar das *fake news* e de suas perversas consequências é a alfabetização digital, sendo este um caminho que demanda um incessante esclarecimento das informações e trabalho conjunto. O processo de formação educacional precisa favorecer a reflexão (auto)crítica e a resistência ao repasse sem análise da informação, indo na contramão de uma sociedade que recebe passivamente as notícias. Por consequência, o uso democrático das redes precisa colaborar para a realização do exercício da cidadania digital, resultado de um processo de laço afetivo e vínculo que se fortalece por princípios de esclarecimento coletivo.

Aqui é importante lembrar que a educação para e nas redes depende também da possibilidade de que toda informação seja livre e gratuita, além da sensibilidade e do “cuidado com a alteridade e a ética da curiosidade em relação às complexidades psíquicas e sociais que nos constituem como humanos” (SANTAELLA, 2019, p. 28). Assim, um sujeito digitalmente letrado seria aquele que compara diversas fontes, que investiga e busca outros horizontes de compreensão, para não recair em ações frias de meros executores de ordens mentirosas. A veracidade de uma notícia é feita por critérios que passam pelos crivos da racionalidade (se a informação é verdadeira, boa e útil), confrontando a frieza das máquinas, que aceita tudo, inclusive as falsidades ideológicas e as crenças preconceituosas que envolvem idade, raça, escolaridade ou posição econômica e social. Criar arte e beleza na cultura digital implica revisar crenças, inclusive de que os computadores podem fazer a vida melhor. A ação pode ocorrer no espaço da aparência instrumental, utilitária, que desprotege o mundo comum e descentrado da vida pela propagação das *fake news* e o uso burocrático das tecnologias digitais, já alertado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os

estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades, do *cyberbullying* e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias (BRASIL, 2017, p. 478).

As discussões sobre como agir em meio aos multiletramentos digitais que abrangem a superação dos autoritarismos para promover a autonomia e a felicidade pública implica nos modos de pensar e dar visibilidade às distorções das tecnologias, no sentido de orientar o tratamento da informação, problematizando as diferentes narrativas e as formas de utilização. Para Ladislau Dowbor (2020, *online*), “muito além do *fake news* e dos bate-boca nas mídias sociais, surgem imensas oportunidades para uma ciência e conhecimentos democratizados”. E, assim, estimulam-se “a mesma tecnologia que gera por vezes o caos informacional pode ter o seu sentido invertido, e servir para construir uma sociedade realmente informada” (DOWBOR, 2020, *online*). Busca-se, dessa forma, uma espécie de “desenvolvimento de habilidades de busca avançada (a chamada *power searching*) que tornará mais fácil a localização de recursos relevantes em meio à proliferação de material on-line” (BUCKINGHAM, 2010, p. 48). Tendo isso em vista, é necessário desenvolver capacidades não apenas para lidar com as informações, mas capacidade avaliativa e autônoma, para que possam, assim, transformá-las em processos formativos de inesgotabilidade da conversação com o mundo.

Isso significa fazer perguntas sobre as fontes dessa informação, os interesses de seus produtores e as formas como ela representa o mundo. [...] O letramento digital é bem mais do que uma questão funcional de aprender a usar o computador e o teclado, ou fazer pesquisas na web [...] como com a imprensa, elas também precisam ser capazes de avaliar e usar a informação de forma crítica se quiserem transformá-la em conhecimento. Isso significa fazer perguntas sobre as fontes dessa informação, os interesses de seus produtores e as formas como ela representa o mundo, compreendendo como estes desenvolvimentos tecnológicos estão relacionados a forças sociais, políticas e econômicas mais amplas (BUCKINGHAM, 2010, p. 49).

Os processos de letramento e inclusão digital englobam as diferentes formas textuais, imagéticas, metafóricas e técnicas para acessar, interagir, processar e desenvolver a multiplicidade de interpretações nas mais variadas mídias. Os multiletramentos digitais pautam-se em algumas características: “a) são interativos (colaborativos); b) fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas; e c) são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas)” (ROJO, 2012, p. 23). Por sua vez, Buzato (2003) define os letramentos digitais como um *conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo*. E Nesse conjunto de elementos éticos, os letramentos digitais compreendem a utilização de diferentes dispositivos, linguagens híbridas, capacidade de fazer relações e jogos cinestésicos, muito além do computador. Araújo e Glotz (2009, p. 15) salientam que não há letramentos digitais se o sujeito não possui “autonomia, criticidade e poder de reformulação e redirecionamento em relação ao uso que ele faz das TIC em sua vida”.

Nesse caso, o conceito é ampliado, como destacam Saito e Souza (2011, p. 135), com questões implícitas ou explícitas, que se referem à “avaliação, crença, valores, ideologia, cidadania, tomada de poder, identidade, produção, e outras categorias relacionadas a uma dimensão crítica de letramento”. O sujeito precisa também desenvolver a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação disponibilizada eletronicamente, com as normas que regem a comunicação interpessoal através dos sistemas computacionais. Para Santos e Almeida (2020, p. 13), futuras investigações devem considerar quatro aspectos como fontes para estimular a participação dos sujeitos, a saber:

Empoderamento: apresentar e reforçar nos sujeitos o conhecimento sobre as fontes e os tipos de conteúdo que podem ser falsos; Engajamento: desenvolver redes de apoio e espaços de comunicação entre os sujeitos; Educação: educar os sujeitos para a identificação e riscos das notícias falsas; e Encorajamento: encorajar os sujeitos a identificar, invalidar e combater as notícias falsas.

São estes princípios que hoje nos inspiram a pensar nas necessárias reviravoltas para a educação, lançando um olhar sobre a percepção dos letramentos digitais como algo relacionado aos pressupostos hegemônicos neotecnicistas. “A concepção de educação que orienta as práticas de letramento digital de professores e alunos [...] encontra-se subsidiada por pressupostos contra-hegemônicos que possibilitam visões críticas e transformadoras da realidade social” (SILVA, 2013, p. 21). Indo mais adiante, a relação contra-hegemônica se dá pela relação dialógica, pedagógica e crítica das leituras da palavra e das práticas sociais do educar, com base nos valores culturais, técnicos e ideológicos, que penetram, expandem, socializam e integram a vida em sociedade. Aqui vale pensar se a educação está impossibilitando e inviabilizando os letramentos digitais de potenciais autocríticos, ou seja, caminhando para a alienação ideológica do mercado capitalista, justamente porque reflete o sentido operacional e reprodutivo das tecnologias em vigor. Evidentemente isso nos faz recordar que os professores e estudantes se encontram em situação de vulnerabilidade, seguidamente pela ausência de diálogo, vazio de pensamento, apatia política impulsionada pelas tecnologias digitais que propaga um horizonte de incompreensão balizado por um agir estratégico e administrado dos processos educacionais e da própria condição humana.

Como já mencionamos antes, no contexto educacional também precisamos discutir sobre as dissonâncias cognitivas e emocionais comuns que as tecnologias digitais podem gerar quando tomadas por visões simplificadoras dos processos pedagógicos, suscitando a dependência. Assim, os letramentos digitais vão além do “aprender a digitar, conhecer o significado de cada tecla do teclado ou usar um *mouse* [mas, sobretudo], dominar a tecnologia para que, além de buscarmos a informação, sejamos capazes de extrair conhecimento” (PEREIRA, 2011, p. 17). Trata-se, portanto, de ir além da inovação sem mudança ou da instrumentalização da vida, para atingir, a partir de letramentos digitais, a democratização formativa e a correção das informações.

A partir do que Perissé (2005) propõe, há pelo menos cinco dimensões da leitura que favorecem os processos de compreensão dos multiletramentos (incluindo aqui os digitais) e que não se esgotam na transmissão cultural ou na leitura superficial do que a internet apresenta, a saber: leitura *funcional* ou investigativa (busca identificar os componentes e a organização do texto), *recreativa* (leitura que diverte e dá prazer), leitura *reflexiva* (instiga várias leituras do mesmo texto e desperta perguntas), a leitura *inspiradora* (motiva também à escrita, ao diálogo com o texto lido pela escritura de novos textos e formas de narrar) e a leitura *formativa* (transforma o sujeito leitor em cidadão do mundo voltado para o aprendizado constante).

O processo de ler criticamente envolve *aprender a escutar* não apenas o texto e as palavras que o leitor estiver lendo, mas também – e talvez mais crucialmente no mundo de conflitos e diferenças de hoje – aprender a escutar as próprias leituras de textos e palavras. Isso quer dizer que ao mesmo tempo em que se aprende a escutar, é preciso aprender a se ouvir escutando (SOUZA, 2011, p. 132, grifos no original).

E com esta reflexão voltamos a destacar a importância da produção colaborativa de conhecimentos e saberes culturais, porque a circulação de informações nos convida a enxergar a complexidade da experiência humana que engloba falar a palavra que transforma a vida cotidiana. No entanto, a transformação não pode se esgotar no interior de sistemas teóricos acabados, pois o que está em jogo é a formulação de novos estilos de leituras e de escritas comprometidos com o rompimento definitivo das verdades enrijecidas pela influência da racionalização *tecnofílica*¹¹.

Vivemos a era das linguagens líquidas, a era do *networking*, ou relacionamento. Nesta era, competências variadas são exigidas [...]. Falamos em mover o letramento para os multiletramentos. Em deixar de lado o olhar inocente e enxergar

¹¹ *Tecnofilia* é um neologismo à palavra tecnologia e designa um comportamento acrítico de adesão cega às inovações tecnológicas, geralmente associado a uma salvacionista metáfora do empoderamento humano (artificializando a vida) via mecanização e domínio tecnológico.

o aluno em sala de aula como nativo digital que é: um construtor-colaborador das criações conjugadas na era das linguagens líquidas (ROJO, 2013, p. 8).

Assim, ir ao encontro das leituras implica o ato de revisitar estilos textuais, como forma de expressar tais metamorfoses formativas e transformações. A ideia de letramento digital como uma forma de circularidade do diálogo pedagógico reconhece, potencialmente, a importância das diferenças e envolve a mobilização de um conjunto de letramentos e práticas sociais entrecruzadas e sensíveis aos contextos e à vida que exercita a dúvida, a pergunta, a criticidade, a curiosidade e a criatividade.

Considerações abertas para seguir pensando...

Cientes dos limites do que nos propomos discutir neste estudo, concluímos que a evolução da comunicação precisa ser acompanhada por alertas derradeiros no mundo conectado, uma abordagem crítica dos letramentos digitais que engloba todas as práticas sociais construídas, disseminadas e selecionadas culturalmente, para não impulsionar as *fake news*. Participar das práticas digitais e sociais supõe desenvolver pesquisas com a pluralidade de experiências comunicativas enquanto elementos imprescindíveis para um projeto educativo de revisão das ambiências de uma realidade global que populariza as notícias falsas e nos coloca à mercê de violações de direitos humanos. A produção de sentidos e significados das leituras e escritas de mundos são ações históricas e culturais, por isso não podem ser subordinadas às plataformas de buscas mantidas por grandes corporações, que podem estar travestidas em identificação com *fake news*.

Uma sociedade que não passa por processos de letramento crítico dos conteúdos digitais faz com que os sujeitos não se responsabilizem pela leitura realizada ou pela própria interpretação de uma notícia, o que se reflete na passividade e na repetição de falsas verdades massificadoras, desmobilizando os sentidos e sabotando o tempo de pensar. A nova

intransparência presente em notícias falsas impõe novos letramentos à educação como forma de resistir à homogeneização de práticas banais, covardes e desleais. Pensar sempre e exercitar pedagogicamente uma espécie de conflito de interpretações seriam condições fundamentais para práticas de referência intercultural de diálogos que convida para o compartilhamento de informações em diferentes plataformas digitais.

Os multiletramentos digitais implicam em ganho de autonomia e criatividade, bem como na capacidade de problematizar os conceitos epistemológicos, filosóficos e sociológicos apreendidos por meio das tecnologias digitais, para gerar a suspensão do juízo e a revisão dos sistemas de ensino no relacionamento com as soluções tecnológicas prontas e fechadas. Entretanto, com os novos letramentos digitais perdemos a característica da metáfora do desenvolvimento humano ligada aos estágios escolares, ao desenvolvimento psicossocial e à “aquisição das habilidades necessárias para a autonomia, a autoria e a criatividade” (BANNELL et al., 2016, p. 123). O desafio está em atualizar a dimensão da educação como um direito de todos e não apenas como um serviço a ser ofertado à população onde todas as gerações passam a ser expostas, desde os espaços familiares, a informações via internet, estabelecidas pela coação de liberdade, pela embriaguez perceptiva do consumo e pela estupidez globalizada de desrespeito recíproco.

Os dados que estão aí trazem novas demandas ao trabalho pedagógico frente aos novos letramentos, funcionando como um motivador de pesquisas à construção do saber social de interdependência, que ganha sentido na reconstrução comunicativa com o outro e no desvelamento das *fake news*. Essa perspectiva vai ao encontro da perspectiva da *cultura reconstrutiva dos sentidos das tecnologias na educação* (HABOWSKI, 2020), pois faz pensar e mobiliza a cultura do diálogo inesgotado com o acontecer da tradição inerente à construção do saber técnico-científico e pedagógico, em relação dialética com o outro, com os novos pensamentos, conhecimentos, comportamentos e valores do percurso educativo humanizado e emancipado.

Referências

AMARAL, Inês. Participação em rede: do utilizador ao “consumidor 2.0” e ao “prosumer”. *Revista Comunicação e Sociedade*, Braga, n. 22, p. 131-147, 2012.

ARAÚJO, Verônica Danieli Lima Araújo; GLOTZ, Raquel Elza Oliveira. O letramento digital enquanto instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento: desafios atuais. *Educação Pública*, Santos, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2009.

BANNELL, Ralph Ings et al.. *Educação no século XXI: cognição, tecnologias e aprendizagens*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e Política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Pref. Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez. 2010.

BUZATO, Marcelo. *Letramentos digitais e formação de professores*. São Paulo: Portal Educarede, 2003.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

CONTE, Elaine; KOBOLT, Maria Edilene de Paula; HABOWSKI, Adilson Cristiano; PUGENS, Natália de Borba. Leitura e Escrita na Educação: (re)pensando os alicerces do digital. In. CONTE, Elaine (Org.). *Educação permanente e inclusão tecnológica*. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 80-111. DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.862.80-111

DOWBOR, Ladislau. *Como eu me informo*. Dowbor.org, 19 fev. 2019. Disponível em: <<http://dowbor.org/2019/02/dowbor-como-eu-me-informo-fev-2019-5p.html/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Dialética e Hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Trad. Álvaro L. M. Valls. Porto Alegre: L&PM, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento Pós-Metafísico – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. de Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

HABOWSKI, Adilson Cristiano. *Tecnologias e Educação: conhecer o outro lado*. Curitiba: Appris, 2020.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. Fake news, pandemia e os multiletramentos digitais. In: HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine (Org.). *Imagens do pensamento: sociedade hipercomplexa e educação remota*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 24-62. DOI: 0.31560/pimentacultural/2020.519.24-52

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Ênio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HERMANN, Nadjá. *Hermenêutica e educação*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie (Org.). *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação*. Paris: Unesco, 2018.

KEERSMAECKER, Jonas de; ROETS, Arne. 'Fake news': Incorrect, but hard to correct. The role of cognitive ability on the impact of false information on social impressions. *Intelligence*, v. 65, p. 107–110, 2017.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. 4th. ed. United States: The Univ. of Chicago, 2012.

LAMA, Fernando Araújo Del; PHILIPSON, Gabriel Salvi. Frear a locomotiva da História é uma ação contra o programa do aparato: notas sobre a crítica da técnica em Benjamin e Flusser. *Artefilosofia*, Ouro Preto, v. 1, n. 26, 2019, p. 135-160.

MAIEROVITCH, Cláudio. *Fake news: prevenir-se e agir*. In: Fundação Oswaldo Cruz. *Fake news e saúde*. Gerência Regional de Brasília, 2020. p. 32-39.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Fake news, mentira organizada e educação: uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 243-263, mar. 2020.

ORSI, Carlos. Fake news em saúde: o inimigo mora ao lado. In: Fundação Oswaldo Cruz. *Fake news e saúde*. Gerência Regional de Brasília, 2020. p. 60-66.

PEREIRA, João Thomaz. Educação e Sociedade da Informação. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento Digital:*

aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PERISSÉ, Gabriel. *Elogio da Leitura*. Barueri, SP: Manole, 2005.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31.

ROJO, Roxane (Org.). *Escola conectada: os multiletramentos e as TIC*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

SAITO, Fabiano Santos; SOUZA, Patrícia Nora de. (Multi)letramento(s) digital(is): por uma revisão de literatura crítica. *Linguagens e Diálogos*, v. 2, n. 1, p. 109-143, 2011.

SANTAELLA, Lucia. *A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, Priscila Costa; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação e *fake news*: construindo convergências. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-31, e020057, 2020.

SASTRE, Angelo; OLIVEIRA, Claudia Silene Pereira de; BELDA, Francisco Rolfsen. A Influência do “Filtro Bolha” na Difusão de *Fake News* nas Mídias Sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. *Revista Geminis*, São Carlos/UFSCar, v. 9, n. 1, p. 4-17, 2018.

SILVA, Elson Marcolino da. *Letramento digital e pressupostos teórico-pedagógicos: neotecnicismo pedagógico?* 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOARES, Magda B. Práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 07 out. 2020.

SOUSA JÚNIOR, João Henriques de et al.. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 331-346, 2020. DOI: [10.9771/cp.v13i2%20COVID-19.35978](https://doi.org/10.9771/cp.v13i2%20COVID-19.35978)

SOUZA, Bruno Rezende de. *Fake news* na ciência e vice-versa. In. Fundação Oswaldo Cruz. *Fake news e saúde*. Gerência Regional de Brasília, 2020, p. 81-87.

SOUZA, Lynn Mario Trindade Menezes de. Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, Ruberval Franco; ARAÚJO, Vanessa de Assis (Orgs.). *Formação de professores de línguas – ampliando perspectivas*. Jundiaí, SP: Paco, 2011.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018.

Submetido em: 08/11/2020

Aceito em: 15/01/2021

Publicado em: 02/02/2021